

AS POLÍTICAS CULTURAIS NA FRANÇA*

Patrick Olivier¹

RESUMO: Na conferência As políticas culturais na França, Patrick Olivier, Diretor da Inspeção Geral do Ministério da Cultura e da Comunicação e Diretor do Mestrado em Administração das organizações culturais da Universidade Paris-Dauphine, lembrou que, após Malraux, que definiu as grandes prioridades da cultura em 1959, só nos anos 80 essa prioridade tornou-se realidade. Lembrando também que a cultura e as políticas públicas da cultura são assunto de eterno debate e objeto de polêmica até hoje. Nos anos 80, Jack Lang declarou que tudo é cultural e a cultura integrou novas práticas, o design, a moda, o rock, as artes da rua etc., abriu-se às criações internacionais, às culturas do sul e começou a financiar culturas estrangeiras. Hoje é consagrado o direito da diversidade cultural, e passamos da democratização cultural à democracia cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas culturais. Democratização cultural. Jack Lang. André Malraux.

RESUMÉ: Dans la conférence As politiques culturelles na França [Les politiques culturelles en France], Patrick Olivier, Directeur de l'Inspection Générale du Ministère de la Culture et de la Communication et Directeur du Master en Management des organisations culturelles à l'Université Paris-Dauphine, a rappelé que, après Malraux, qui a défini les principales priorités de la culture en 1959, seulement dans les années 80, cette

priorité est devenue une réalité. Rappelant également que la culture et les politiques publiques de la culture sont sujet éternel de débat et objet de controverse aujourd'hui encore. Dans les années 80, Jack Lang a déclaré que tout est culturel et la culture a intégré des nouvelles pratiques, le design, la mode, le rock, les arts de la rue, etc., il y a eu une ouverture aux créations internationales, aux cultures du sud et a commencé à financer des cultures étrangères. Aujourd'hui est consacré le droit de la diversité culturelle, on a passé de la démocratisation culturelle à la démocratie culturelle.

MOTS-CLÉS: Politiques culturelles. Démocratisation culturelle. Jack Lang. André Malraux.

Frequentemente se pensa, no estrangeiro, que a França é um modelo no que concerne às políticas culturais públicas, em razão da antiguidade das intervenções, que, de bom grado, remetemos aos reis da França, em razão da importância dos créditos consagrados a este setor (o famoso 1%, objetivo retomado em grande número de países, há duas ou três décadas) e em razão da prioridade anunciada, pelo menos nos anos de 1980, acompanhada, além disso, pela repercussão internacional, da “exceção” seguida da diversidade cultural.

* O presente texto é o resumo da palestra feita pelo autor, durante o *I Colóquio Internacional No Reino dos Festivais*, realizado em Salvador, de 24 a 25 de outubro de 2011.

¹ Professor associado à Universidade de Paris-Dauphine e diretor do Mestrado Profissional em Administração das organizações culturais.



Em realidade, o questionamento dos métodos e dos resultados é permanente. Em 2007, o Presidente da República, recentemente eleito, contestava vigorosamente o balanço do Ministério da Cultura, acusado de ter superdesenvolvido uma ação inadequada à demanda real do público, e criava, especialmente, um “Conselho da criação artística” (suprimido há pouco tempo), órgão independente, encarregado de, finalmente, encontrar novas ideias...

De fato, as pesquisas regulares sobre o comportamento cultural dos franceses mostram muito claramente que a renovação da oferta tecnológica tem maior impacto na mudança das abordagens individuais da cultura que as políticas públicas, com a dependência progressiva aos monitores de televisão, em seguida de computador, para as novas gerações, enquanto que são sempre as mesmas categorias socioprofissionais que têm acesso à cultura “tradicional”, livros, museus, teatro etc...

Há pouco mais de 50 anos, André Malraux definia eixos de políticas culturais que permaneceram válidos, com apenas algumas variações:

- “tornar acessíveis as obras-primas da humanidade” (a democratização cultural);
- “assegurar a mais ampla audiência ao nosso patrimônio cultural”;
- “favorecer a criação das obras da arte e do espírito que as enriquecem”.

Democratização, valorização do patrimônio, apoio à criação. É com base nestes princípios gerais que funciona a totalidade dos Ministérios da Cultura no mundo.

Uma inflexibilidade notória dá-se somente 30 anos mais tarde, com a chegada ao poder, em 1981, de uma nova maioria e o célebre “tudo é cultural” do ministro Jack Lang:

- para além das “obras-primas da humanidade”, novas práticas são levadas em conta, como o design, a moda, as HQ, as músicas populares contemporâneas, o circo, as artes de rua, até mesmo a culinária...
- da mesma forma, a abertura à internacionalização e a afirmação de igual consideração às culturas, que se traduz pelo diálogo das

culturas, com particular interesse naquelas do Hemisfério Sul;

- e, finalmente, a conscientização de que existem, agora, indústrias culturais que demandam um tratamento especial, já que são diferenciados os produtos por elas veiculados.

Fala-se algumas vezes desta evolução da década Malraux à década Lang, da passagem da democratização da cultura (todo o mundo tem direito ao acesso à cultura da elite) à democracia cultural (as práticas de todos devem merecer igual reconhecimento).

O debate não está encerrado. A lembrança, em 2007, da relativa derrota da política de oferta do Ministério e da necessidade de melhor considerar a demanda do público, fundamenta-se sobre uma abordagem pragmática, à base de avaliação dos resultados, em termos de frequência, distante da cultura pela cultura, onde criação desinteressada e procura cultural gratuita seriam privilegiadas.

A discussão recentemente lançada na França pelo ministro da Cultura, Frédéric Mitterrand, sobre “a cultura para cada um”, procedia desse tema, numa vontade de considerar mais sutilmente as demandas e as necessidades do indivíduo, em vez de propor-lhe modelos universais. É precisamente esta a omissão na atuação das políticas públicas, que é a de propor em vez de simplesmente avaliar práticas, e também de agir a favor da criação pura, isenta dos gostos imediatos dos públicos, que finalmente obrigou o Ministério a retornar ao conceito mais ao gosto de todos de “cultura compartilhada”.

Se observarmos as prioridades públicas noticiadas de agora em diante, nelas se encontrará, efetivamente, uma tentativa de conciliar objetivos indubitavelmente complementares. Mas a real dificuldade reside na mudança radical do contexto: na era digital, as formas de produção, de difusão e de consumo culturais são cada vez menos aquelas que foram regulamentadas e sustentadas financeiramente durante 50 anos de políticas culturais. Os poucos esforços, no sentido de controlar este nascente universo cultural digital, em geral, tardios e ineficazes, à escala unicamente nacional, não estão manifestamente à altura destes novos desafios. É aqui que deveria situar-se o próximo combate das políticas culturais.